

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**BOMFIM, Manoel José do (Aracaju, 1868 – Rio de Janeiro, 1932)**

Ensaista brasileiro, nascido em 8 de agosto de 1868, em Aracaju, estado de Sergipe e falecido no Rio de Janeiro, em 22 de abril de 1932. Filho de Paulino José do Bomfim, comerciante e proprietário de engenho, fez os primeiros estudos na terra natal. Em 1886, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, dois anos mais tarde veio para o Rio de Janeiro, então capital federal, onde concluiu o curso com a tese *Das nefrites* (1890). Não obstante, exerceria a clínica médica por pouco tempo. A morte precoce da filha, durante uma epidemia de tifo, o levou a desistir da profissão passando a se dedicar à educação e aos estudos sociais.

Manoel Bomfim engajou-se no movimento em defesa da educação popular e ingressou no magistério, lecionando as disciplinas Instrução Moral e Cívica, Língua Portuguesa, Pedagogia e Psicologia Aplicada à Educação na Escola Normal do Rio de Janeiro. Ocupou diversos cargos públicos. Assumiu a direção geral do *Pedagogium*, instituição pública criada após a proclamação da República, com o objetivo de coordenar as atividades pedagógicas no país (1897). Logo em seguida, foi designado chefe da Instrução Pública do Distrito Federal (1898). Comissionado pela Prefeitura do Distrito Federal, fez estágio na Universidade da Sorbonne, na cátedra de Psicologia Experimental, com o renomado professor Alfred Binet (1902/1903). Na volta ao Brasil, reassumiu suas atividades no *Pedagogium* e ali estabeleceu o primeiro laboratório de psicologia experimental do país.

Além de lutar contra o analfabetismo, o médico e pedagogo preocupava-se em inculcar nas crianças as noções de civismo e de amor à pátria. Em 1905, junto com Luis Bartolomeu e Renato de Castro fundou *O Tico-Tico*, o primeiro periódico brasileiro infantil em quadrinhos de caráter educativo, e que circulou até fevereiro de 1962, totalizando 2097 edições. Propôs ao prefeito do Distrito Federal, Pereira Passos, a ideia da composição de um hino em homenagem à Bandeira Nacional, para ser cantado diariamente pelos alunos nas escolas públicas do Rio de Janeiro. O projeto concretizou-se, com letra de Olavo Bilac e música de Francisco Braga, sendo o Hino à Bandeira oficializado pela República em 19 de novembro de 1906. Por essa mesma época, Bomfim aproximou-se de Pinheiro Machado, um dos chefes políticos mais influentes da época, o que lhe possibilitou eleger-se deputado federal, pelo estado de Sergipe (1907-1908). Ao final do



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

mandato tentou a reeleição, mas não obteve sucesso, abandonando a carreira política. Em 1911, foi nomeado, novamente, diretor-geral do *Pedagogium*, cargo que ocuparia até a extinção deste órgão em 1919. A partir daí, dedicou-se apenas ao trabalho na imprensa e à produção literária. Após o seu falecimento, amigos e seguidores fundaram a Sociedade Manoel Bomfim, em 21 de abril de 1933, com a finalidade de dar prosseguimento à sua obra educativa. Embora reunisse figuras expressivas no âmbito das letras e da educação, a Sociedade teve vida efêmera, extinguindo-se por volta de 1935.

Manoel Bomfim deixou vasta produção bibliográfica, que se estende pelos campos da educação, da psicologia, da pedagogia e da história, afora inúmeras obras didáticas e paradidáticas. Neste último gênero, destaca-se o título *Através do Brasil* (1910), escrito em parceria com Olavo Bilac, livro de leitura destinado às classes de ensino elementar, que se tornou um marco na bibliografia escolar brasileira com 66 edições. Inspirados, talvez, em um clássico da literatura infantil oitocentista, *Le tour de France par deux enfants*, Bilac e Bomfim narram as peripécias de dois irmãos, que cruzam o Brasil em diferentes direções, à procura da família. A aventura se inicia na região do rio São Francisco, “o grande rio, essencialmente, unicamente brasileiro”, e desvenda para as crianças um país de dimensões continentais, cheio de contrastes, oferecendo-lhes “uma visão geral e concreta da vida brasileira - as suas gentes, os seus costumes, as suas paisagens, os seus aspectos distintivos” (*Através do Brasil*, 2000, p. 46). Busca-se, assim, de maneira pedagógica, apresentar o Brasil aos jovens leitores, incutindo-lhes a ideia de unidade nacional.

A continuada atuação de Bomfim nos domínios da pedagogia e a militância em prol da educação popular, aliadas ao seu nacionalismo, se conectam às incursões que fez no campo da história, iniciada com o livro *América Latina. Males de origem* (1905). A contribuição buscava reagir à “(...) reputação perversamente malévola de que é vítima [na Europa] a América do Sul; (*América Latina...*, 1993, p.35). Não obstante, o autor admite que “(...) os povos sul-americanos se apresentam, hoje, num estado que mal lhes dá direito a ser considerados povos civilizados” (p. 49). Este reconhecimento abre caminho para as duas indagações que o ensaísta se propõe a responder: “(...) Como se explica, então, esse atraso – de nações novas, certamente vivaces, estabelecidas em territórios propícios, férteis e clementes? (...) São povos que possuem todos os elementos para ser adiantados e felizes, e que, no entanto, arrastam uma vida penosa e difícil: por que?” (p. 50). Com efeito. Tais questões instigavam intelectuais e políticos das antigas colônias ibéricas no continente americano, desde dos anos Oitocentos. No Brasil, intensificaram-se nos diversos contextos históricos adversos que o país atravessou, como a crise que ocorreu nas primeiras décadas do século XX, reveladora do desapontamento das elites letradas diante do artificialismo político das instituições republicanas recém instauradas. Proclamada em 15 de novembro de 1889, a República não resolvera os problemas nacionais, ao contrário do que supunham os seus mais fervorosos adeptos. A economia continuava predominantemente agrária, sustentada pela exportação do café, apesar do crescimento urbano-industrial. A situação de pobreza e a ignorância da maioria da população perduravam. Os processos eleitorais careciam de legitimidade, uma vez que o governo central se submetia ao controle dos



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

grupos oligárquicos dos estados de Minas Gerais e São Paulo, que se alternavam no poder. A par disso, depois da Primeira Guerra Mundial, acentuou-se nos meios intelectuais um sentimento nacionalista, dos mais diversos matizes ideológicos, cujo fim último era promover a “regeneração nacional”. Os setores tradicionais, que permaneciam presos à retórica do idealismo constitucional, isto significava exaltar a pátria e adotar modelos liberais estrangeiros. Por outro lado, para os grupos progressistas implicava abandonar as fórmulas adventícias, aplicando soluções práticas na resolução dos problemas brasileiros, o que só poderia ocorrer a partir de uma apurada investigação da realidade nacional. É justamente esse diagnóstico que Manuel Bomfim pretende fazer em *América Latina. Males de origem*. No seu entender, a gênese das vicissitudes e violências que afligiam os povos do continente residia no processo de conquista e espoliação porque passaram seus territórios. A premissa serve de mote para o exame das relações de dominação dos países latino-americanos pelas metrópoles ibéricas. O médico sergipano utiliza a noção de parasitismo como “metáfora-conceito” (Sussekind, “Manoel Bomfim. A América Latina”, 2000, p. 609), para explicar as causas do atraso atávico e todos os demais “males” que afetavam as nações sul-americanas.

Na sua análise sobre o Brasil, o ponto de partida e a principal fonte para compreensão da colonização lusa é sem dúvida a obra de Oliveira Martins (Matos, “Manoel Bomfim e Oliveira Martins...”, 2015, p. 57). Na esteira do historiador lusitano (*América Latina...*, p. 88), Bomfim enaltece o Portugal heroico do século de Camões e da aventura ultramarina, ao passo que execra a dinastia de Bragança, em particular, o rei D. João VI. Avalia que a degeneração produzida pela colonização bragantina gerou a degradação política do Brasil. O “parasitismo” da antiga metrópole acarretou a expropriação das riquezas e do trabalho e incidiu sobre a formação social e psíquica do povo, ocasionando a falta de iniciativas que visassem o bem comum, “(...) a perversão do senso moral, o horror ao trabalho livre, o ódio ao governo, a desconfiança das autoridades e o desenvolvimento de instintos agressivos” (*América Latina...* pp. 158-159). Mas não só. O autor alega que o Brasil, cuja independência fora proclamada por um príncipe português, herdara do Reino o conservadorismo, responsável por manter situações de privilégio, além do amor à retórica, à fórmula escrita, ao decreto salvador e à solução livresca.

Mas, se do ponto de vista da história de Portugal e suas colônias, o ensaísta sergipano compartilha das ideias de Oliveira Martins, dele distancia-se no que diz respeito à teoria das raças superiores e das raças inferiores. Bomfim repudia tais concepções preconceituosas, pretensamente científicas, disseminadas na Europa naquela altura, que associavam a mestiçagem a uma suposta inferioridade física, intelectual e moral. Visão, aliás, aceita e reproduzida por muitos intelectuais brasileiros da época. Na contramão dessas ideias, faz a apologia da mestiçagem: destaca a contribuição dos indígenas e dos africanos na formação da população brasileira, avalia de modo positivo os efeitos deste cruzamento étnico e cultural, assinalando a capacidade dos lusitanos de assimilar outras raças, traço que mais tarde seria aprofundado por Gilberto Freyre (Matos, “Manoel Bomfim e Oliveira Martins...”, 2015, p. 50). Ao fim e ao cabo do diagnóstico, o médico e pedagogo prescreve a receita para debelar os “males de origem” que afligiam o Brasil: propõe a



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

adoção de um programa nacional de educação popular que não apenas oferecesse instrução formal, mas também preparasse o povo para o exercício da cidadania, tornando-o capaz de operar radicais transformações políticas.

Manoel Bomfim não foi um historiador *avant la lettre*, tal como outros autores contemporâneos a exemplo de Capistrano de Abreu e de João Ribeiro (Gontijo, “Manoel Bomfim, ‘pensador da História...’”, 2003, p. 134). Isto fica patente no último livro que publicou em vida, quando se auto-define como “quem só quer do passado a lição que aproveite ao futuro” (*O Brasil Nação...*, 1931, p. 9). De fato. Sua reflexão histórica não se afigura como “uma teoria da história ou um projeto historiográfico organizado em torno de proposições metodológicas sistematizadas” (Gontijo, “Manoel Bomfim, ‘pensador da História’...”, 2003, p. 130). O ensaísmo histórico serve de suporte às suas argumentações. Ele opera com uma concepção pragmática de história, cujo valor instrumental se alargava à medida que a interpretação do passado pudesse auxiliar à compreensão do presente (Matos, “Manoel Bomfim e Oliveira Martins”, 2015, p. 47).

É inquestionável que *América Latina: males de origem* foi um livro original, à medida que apresenta uma nova versão do passado colonial das nações do continente. No caso do Brasil, mais do que identificar o processo de colonização como a causa do atraso do país, o autor sustenta que a nação se constituiu dos esforços das três raças formadoras da população e afirma que o sentimento de independência já se delineava nos movimentos nativistas do século XVIII e na revolução pernambucana de 1817. Interpretação que escova a contrapelo a tradição histórica estabelecida no século XIX pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja expressão máxima é *História geral do Brasil*, escrita por Francisco Adolfo de Varnhagen. Na concepção do Instituto, o Estado independente que se instaurou nos antigos domínios portugueses da América era herdeiro e sucessor do império ultramarino lusitano, legado que se sustentava, inclusive, com a presença de um representante da Casa de Bragança no Trono Brasileiro. Neste sentido, Manoel Bomfim foi um censor implacável da historiografia brasileira oitocentista (Rebeca Gontijo, 2003, p. 130), em particular, de Varnhagen, a quem chama de “reacionário bragantino”, “autor de uma história para o trono” (*O Brasil na história...*, 1930, pp.122-125). No seu ponto de vista, os verdadeiros historiadores deveriam romper aquela genealogia perversa e recuperar os valores nacionalistas, “trazendo à luz a consciência nacional, que seria a base da luta pela emancipação brasileira”. (Reis, “Civilização brasileira e otimismo...”, 2006, p.193).

Apesar da recepção favorável da imprensa no seu lançamento, o livro *América Latina: males de origem* foi desqualificado pelo crítico Silvio Romero, conterrâneo de Bomfim e figura proeminente nos círculos letrados luso-brasileiros, um dos maiores adeptos das teorias da superioridade da raça ariana ou germânica sobre as raças inferiores e as populações mestiças. Diga-se de passagem, os comentadores costumam valorizar esta polêmica, ora privilegiam o debate sobre as teorias racialistas, ora centram o foco na disputa travada entre os dois sergipanos pelo prestígio no campo intelectual (Aguilar, *O rebelde esquecido...*, 2013, p. 17; Sussekind, “Manoel Bomfim. A América Latina...”, 2000, p. 609). A glosa de Romero, porém, não



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

incide apenas sobre contradiscurso de Bomfim a respeito da mestiçagem. No juízo do crítico, o médico e educador abusara das metáforas, e suas referências históricas se limitavam a obras de Rocha Pombo e de Oliveira Martins. Acusa-o de: “(...) ‘parasitar’ sobre o sonhador Oliveira Martins; basta que se repare nesta terrível proporção: em 2276 linhas que se contam nos três capítulos da referida terceira parte – 1144, (...), são tiradas do autor português” (Romero, 1906, p. 52). E vai mais longe, adverte que Oliveira Martins seria o verdadeiro autor da teoria do parasitismo dos povos ibéricos (Romero, “Manoel Bomfim. A América Latina...”, 1906, p. 95), questão retomada um século mais tarde por Sergio Campos Matos. (Matos, “Manoel Bomfim e Oliveira Martins...”, 2015, p. 61).

Os conceitos expostos em *América Latina: males de origem* foram retomados e desenvolvidos pelo seu autor décadas mais tarde, na trilogia *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na história* (1930) e *O Brasil nação* (1931). Não obstante, a bibliografia por ele deixada caiu no esquecimento por décadas (Alves Filho, “*Pensamento político no Brasil...*” 1979). Há quem atribua tamanho desprezo ao fato de Bomfim “estar adiantado com relação aos intelectuais do seu tempo”, capaz de propor uma perspectiva de análise que buscava “conciliar nacionalismo com socialismo” (Leite, “Manoel Bomfim: ensaio...”, 1983, p.276)

Seja como for, a obra de Manoel Bomfim voltaria a ser discutida por ocasião da passagem dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Além de uma alentada biografia, sugestivamente intitulada *O rebelde esquecido* (Aguiar, *O rebelde esquecido...*, 2000), alguns dos seus títulos mais conhecidos foram reeditados, ensejando diversos estudos sobre o ensaísta sergipano que reabilitado passou a ser reconhecido como um dos intérpretes do Brasil. Para os novos comentaristas, Bomfim foi “um dos raros pensadores radicais” de sua época (Aguiar, *O rebelde esquecido ...*, 2000), “um pioneiro da ideologia nacional” (Nunes, “Manoel Bomfim: pioneiro...”, 1997, p. 13), cujas análises traçam o retrato do Brasil na perspectiva da “esquerda” (Reis, “Civilização brasileira e otimismo...”, 2008, p. 21).

**Bibliografia activa:** *A América Latina: males de origem* (1905), Rio de Janeiro, Topbooks, 1993; *Através do Brasil*. Coautoria com Olavo Bilac (1910). 1ª reimpressão. Organização de Marisa Lajolo. São Paulo, Companhia das Letras, 2000; *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929). 2ª edição, prefácio de Maria Thétis Nunes, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997; *O Brasil na história: deturpação dos trabalhos, degradação política* (1930), 2ª edição, prefácio de Ronaldo Conde Aguiar, Belo Horizonte, Editora PUC/Minas - Rio de Janeiro, Topbooks, 2013; *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1931; *Cultura e educação do povo brasileiro pela difusão da instrução primária*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1932; *Brasil* (1935), Coletânea de excertos das obras de Manoel Bomfim, organizada por Carlos Maul. Nova edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940. Coleção Brasileira, vol. 47.

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

**Bibliografia passiva:** AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: vida e obra de Manoel Bomfim*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2000; ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento político no Brasil. Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1979; GONTIJO, Rebeca. “Manoel Bomfim, ‘pensador da História’ na Primeira República”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo., v. 23, nº 45, 2003, pp. 129-154; LEITE, Dante Moreira. “Manoel Bomfim: ensaio de afirmação das classes desprotegidas”. *O caráter nacional brasileiro*. 4ª edição definitiva. São Paulo: Pioneira, 1983; MATOS, Sérgio Campos. “Manoel Bomfim e Oliveira Martins: olhares cruzados sobre Portugal e Brasil”. In: SARMENTO, Cristina Montalvão e GUIMARÃES, Lucia Maria P.(coord.). *Culturas Cruzadas em Português.: redes de poder e relações culturais (Brasil-Portugal, sec. XIX e XX)*vol. 3 Arte e Educação, Coimbra, Edições Almedina, 2015; NUNES, Maris Thétis. “Manoel Bomfim: pioneiro de uma ideologia nacional”. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, pp. 13-25; REIS, José Carlos. “Civilização brasileira e otimismo (ingênuo): Manoel Bomfim e o sonho da República soberana e democrática”. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda* (2006). 4ª reimpressão, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015, pp. 183-231; ROMERO, Silvio. *A América Latina (Análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim)*, Porto, Livraria Chardron, 1906; SUSSEKIND, Flora. “Manoel Bomfim. A América Latina. Texto Introdutório”. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil*. Vol. I, Rio de Janeiro, Editora Aguilar, 2000, pp. 607-625; VENTURA, Roberto & SUSSEKIND, Flora. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*, São Paulo, Moderna, 1984.

Lúcia Paschoal Guimarães



APOIOS:

